PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1141/XII/4.ª

POR UMA AUDITORIA À DÍVIDA QUE CORTE COM A DÍVIDA ILEGÍTIMA E ENVOLVA OS CIDADÃOS

O discurso oficial do Governo tem sido o de responsabilizar os cidadãos e o Estado Social pela dívida pública. Aos cidadãos imputa a responsabilidade de 'terem vivido acima das suas possibilidades'; ao Estado Social atribui-lhe a característica de 'demasiado pesado'.

É um discurso que serve unicamente para justificar a austeridade e o corte de salários, pensões e direitos constitucionais e que é feito à medida para atacar a Saúde, a Educação e a Segurança Social. Tem um problema: não bate certo com a realidade.

A dívida pública em 2008 era de 68,9%, altura em que o poder de compra das pessoas era maior do que o atual e altura em que o Estado Social - apesar de já estar sob ataque - era, apesar de tudo, mais presente e existente do que é hoje.

Quando o atual Governo assumiu funções, a dívida pública estava nos 96%, mas rapidamente disparou para valores bem acima dos 100%, agravando-se ano após ano e aumentando sempre à medida que o Governo impunha pacotes e orçamentos de austeridade sobre as pessoas e sobre a economia portuguesa. A meio de 2014, a dívida pública portuguesa atingiu os 134% do PIB.

Este valor de dívida, conjugado com uma economia anémica, é insustentável, principalmente quando ela implica que anualmente o país gaste o equivalente a 5% do seu PIB só no pagamento de juros. A economia vê-se, assim, privada de recursos essenciais para o seu desenvolvimento, assim como muitas famílias, sacrificadas

durantes estes anos às mãos de uma austeridade imposta com o objetivo, em discurso, de pagar a dívida.

Em 2014 pagámos mais de 7 mil milhões de euros em juros e em 2015 nada se alterará: o Governo continuará a privilegiar os interesses dos credores em detrimento dos direitos sociais e laborais das famílias.

Veja-se a proposta do Orçamento de Estado para 2015 entregue pelo Governo: segundo as suas previsões, no próximo ano, Portugal continuará a afetar cerca de 5% de toda a riqueza produzida no país ao pagamento de juros, prevendo-se, inclusivamente, que o montante desses juros seja ligeiramente superior aos de 2014, podendo chegar aos 7.500 milhões de euros.

Para efeitos de comparação, recordemos que o Governo tenciona gastar, em todo o ano de 2015, cerca de 7.700 milhões de euros em todo o sistema de ensino em Portugal, incluindo-se aqui o ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior. Ou seja, em 2015, Portugal gastará tanto em juros como em educação.

As comparações são várias: Portugal tenciona gastar, em 2015, 7 vezes mais em juros do que em políticas para a agricultura e mar (orçamentadas com cerca de 1.100 milhões de euros) ou gastará quase tanto em juros como em todo o serviço nacional de saúde (9 mil milhões de euros).

A necessidade de uma auditoria

Estes dados - tanto os da evolução da dívida como os dos juros da dívida pública - mostram claramente que:

1) A dívida pública, bem como a sua trajetória de insustentabilidade, não tem a ver com as funções sociais do Estado ou com esses hipotéticos 'desvarios' dos portugueses enquanto consumidores. Na verdade, durante a maior parte da década de 2000 a dívida pública portuguesa em percentagem do PIB foi inferior em Portugal que na Alemanha;

2) Houve, de facto, um aumento do endividamento público, em especial a partir do início dos programas de austeridade. As causas deste endividamento são várias: o enviesamento do sistema fiscal cada vez mais penalizador do trabalho e complacente

com o capital, os contratos leoninos associados às PPP, o subfinanciamento do sistema de transportes, mas também o próprio efeito da especulação com os juros de dívida pública, associado aos efeitos da recessão provocada pela austeridade;

3) Para que estas causas sejam determinadas, para que se possa aprender com o passado sem hipotecar o futuro, é necessário auditar a dívida atual e encetar o processo de renegociação da mesma, de forma a libertarmos o país deste garrote financeiro. Esse processo de auditoria deve identificar que dívida existe e por que existe; deve identificar as várias componentes da dívida e o que a fez aumentar ao longo dos últimos anos. Deve, por último, tornar esses dados públicos, promovendo um alargado e transparente debate sobre as opções financeiras do país.

A exigência da Iniciativa para uma Auditoria Cidadã, presente na Petição que remeteram à Assembleia da República, é por isso justa e aponta no caminho certo. É fundamental que os cidadãos saibam que dívida é esta que são obrigados a pagar com os seus salários, os seus impostos, e os seus serviços públicos. É fundamental que se distinga que parte desta dívida é ilegítima, que parte resulta de especulação, de contratos lesivos do interesse público ou da agiotagem dos credores.

Finalmente, a auditoria à dívida deve ser aberta aos cidadãos e deve tornar públicas, a todo o momento, as informações e conclusões a que chega. A auditoria é, nestes termos, um instrumento democrático ao serviço do país, essencial para a mais do que necessária renegociação da dívida pública.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

Iniciar um processo de auditoria à dívida pública, respeitando as seguintes condições:

1. Promover a criação de uma Entidade para acompanhar a auditoria à dívida pública, preparando um processo de renegociação da mesma;

2. Garantir que essa Entidade, quer pela sua composição, quer pelo seu funcionamento, assegura isenção de procedimentos, rigor e competência técnicas, participação

cidadã qualificada e condições de exercício do direito à informação de todos os cidadãos e cidadãs.

Assembleia da República, 17 de outubro de 2014.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,